

A questão ambiental no Brasil

*Geraldo Balduino Horn
Euliene da Silva Gonçalves*

Desde 1500, o Brasil está a serviço de interesses econômicos orientados por uma racionalidade instrumental. Por meio de uma visão predominantemente exploratório, esse território foi colonizado e subjugado pelos interesses políticos e econômicos dos países europeus e mais tarde também dos Estados Unidos da América. Subjugados pelo imperativo de dominar a natureza para satisfazer a ambição das elites detentoras dos meios de produção e do poder financeiro.

Já nas primeiras décadas após o descobrimento, os invasores exauriram o pau-brasil. Após brutal desmatamento, continuaram a exploração por outras vias, os famigerados ciclos – do sertão, da borracha, do café, do açúcar, do ouro, do gado –, sendo que cada um deles levou às últimas consequências a exploração da natureza e da vida humana. Em meados do século XVIII, a Coroa portuguesa, de forma fragmentada, proibiu a utilização de madeiras de lei na indústria naval, a devastação dos mangues e a exploração das minas de metais preciosos como medida preservacionista. No entanto, essa proibição não partiu do questionamento e da busca da raiz do problema ambiental, que era e é o tipo de economia destruidora do meio ambiente local.

Outros exemplos de medidas protetivas – como a criação a partir de 1937 dos parques nacionais de Iguazu, no Paraná, e Itatiaia e Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro – constituem manifestações de cuidado da natureza. Mais do que cuidado, a criação deles são expressões de uma economia imediatista, que desintegra a longo prazo a produção das potencialidades e limitações naturais. Isso acontece porque a economia está nas mãos de um pequeno grupo de “rapineiros”, que buscam concentrar para si o máximo possível das benesses produzidas pelos trabalhadores. Eles, irresponsavelmente, não zelam pelas consequências da exploração irrefreada da natureza, considerada por eles como mera fornecedora de matéria-prima.

Outro exemplo de descaso ambiental, resultado da economia política dos anos 1970, foi a centralização da política ambiental para focar unicamente na poluição nas áreas urbanas. Ação que reforçava a ideia de deixar o restante do meio ambiente desprotegido para os caprichos destruidores da mentalidade economicista vigente. Mesmo essa incipiente iniciativa não é resultado de um compromisso ecológico com nossa “casa comum” no Brasil. É consequência da repercussão da Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente. Vale ressaltar que nela o Brasil defendeu que o setor

produtivo tinha que crescer rapidamente, pois os recursos naturais são abundantes e inesgotáveis (contra essa visão, Ghadhi defendia que o planeta possui, sim, o suficiente para atender às necessidades de todos os seres humanos, mas não possui o suficiente para atender à ganância desenfreada de algumas pessoas).

O presidente Médice, prestando conta às cobranças da mentalidade ambiental, criou a Secretaria do Meio Ambiente. Criada de maneira astuciosa, tratava-se de uma secretaria cujas ações eram limitadas e circunscritas à administração direta do Ministério do Interior, responsável pela política produtiva do Brasil. Este presidente, do período militar, representa outro pequeno exemplo da manifestação do controle que a classe detentora do poder econômico exerce sobre o governo através de sua política.

Mesmo com a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, e com a Constituição de 1988, o avanço na área ambiental ainda se restringiu à consolidação do licenciamento ambiental como mecanismo de gestão para normatizar a relação entre meio ambiente e economia. Ambos, Política Nacional do Meio Ambiente e Constituição, são expressões da subserviência ecológica aos setores produtivos. Mas o que fazer diante do descompasso e das contradições entre a política ambiental e a política econômica em nosso país? Sabemos que a solução só é possível por meio do engajamento e da mobilização conjunta, pois não se trata de um problema individual, e sim de um problema coletivo que nos atinge aqui e agora, além de também às futuras gerações.

Esta edição do jornal O Sísifo apresenta como tema central a questão do meio ambiente e suas consequências, como a migração haitiana. A primeira matéria, “Política e ambiente no Brasil”, de José Dettoni, oportuniza ao leitor refletir sobre a prática da atual política brasileira em relação ao meio ambiente, a partir de nossa relação vital com a ecologia e a partir da referência a Paulo Freire (tema de abril do jornal O Sísifo). Dando continuidade, Clarides Henrich de Barba, com a matéria “Temática Ambiental no ensino superior e seus reflexos nas práticas educativas na escola pública”, desenvolve, pela realidade de Rondônia, a pertinência da Educação Ambiental na formação de professores a fim de se alcançar, por consequência, a escola básica. Encerrando a edição, Geraldo Castro Cotiguiba, em “Efeitos multifatoriais sobre migração: o caso haitiano”, mostra-nos a questão ambiental por meio da análise do movimento migratório haitiano no Brasil.

Política e ambiente no Brasil

José Dettoni

A vida, a política e o ambiente são interdependentes. A vida depende de políticas ambientais voltadas à preservação dos ecossistemas e do ambiente como um todo. O ambiente inicia no interior de cada ser criado e se estende a todos. Não tem fronteiras, abrange todo o espaço e todo o tempo. É nossa “Casa Comum”. De todos os seres criados, passados, presentes e futuros.

A política, diz o Papa Francisco, é uma das mais altas formas de caridade. A política ocorre no espaço público, *na e através da* “polis” e é de responsabilidade de todos os cidadãos que nela vivem. Na medida em que a política está a serviço do público, ela se manifesta como ação do mais alto espírito e grau de humanidade. Quando, porém, essa atividade se volta a atender interesses particulares ou de determinadas corporações, ela trai sua finalidade e presta um desserviço à humanidade.

A ideia de interdependência de todos os seres do cosmos hoje já está comprovada pela ciência. Não é sonho nem imaginação. É realidade a ser assumida e respeitada, consciente, livre e responsabilmente. Todos dependemos de todos. A pandemia nos ajuda a sentir isso mais de perto e mais realisticamente. Todos e cada um interferimos no ambiente, somos por ele influenciados, positiva ou negativamente.

A forma de relacionamento entre os seres é o DIÁLOGO, que é possibilitado pela NATUREZA (instinto) e pelos seres humanos através de CULTURA (consciência, liberdade e responsabilidade, arte, ciência, filosofia, teologia, religião, técnica, tecnologia). Quando qualquer um dos elementos da cultura é menosprezado, desprezado ou desviado de finalidade, o ambiente sofre consequências.

A ARTE, nas suas mais ricas e variadas manifestações, auxilia muito no aprimoramento desse diálogo, através do refinamento da sensibilidade estética. A ciência auxilia grandemente esse diálogo, pois revela a verdade fenomênica da natureza, incluído o ser humano. Do micro ao macro, a ciência nos mostra, sem rodeios, como funcionam os fenômenos. Da microbiologia à astrofísica, para exemplificar. A filosofia auxilia na busca do sentido. Nada escapa à busca e à atribuição de sentido, promovidas pela filosofia. Especialmente no campo ético em relação ao AMBIENTE e à política, a filosofia tem papel insubstituível. Todas as manifestações da

cultura podem auxiliar no DIÁLOGO HOMEM-AMBIENTE.

Líderes no auxílio ao pensamento dialogante foram e são muitos. Destaquem-se Sócrates, Buber, Mounier, Levinas e, no Brasil, Paulo Freire, que, merecidamente, foi elevado ao “posto” de patrono da educação brasileira. Sua tese mais radical, ainda pouco explorada, “ninguém educa ninguém” busca os fundamentos mais sólidas do DIÁLOGO.

Como anda o diálogo homem-ambiente, via política, no Brasil de hoje? Os fatos falam: aumento de queimadas e afrouxamento da proteção legal ambiental (“deixar a boiada passar”). A pandemia é oportunidade para o afrouxamento. Desta forma há um péssimo desempenho em proteger a biodiversidade, a bacia hidrográfica, a flora e fauna. Em 28 meses foram expedidas 721 medidas desmontando políticas de estado que protegiam nosso meio ambiente. Antes da má gestão da pandemia, como resgatado no editorial desta edição de O SÍSIFO, já possuíamos uma organização ineficiente de fiscalização e de multa. Não se multa mais infrator ambiental, pois em nosso país está sendo permitida uma série histórica de crimes ambientais.

Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), em seu Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal, de abril deste ano, o Brasil, considerando os últimos dez anos, teve a maior taxa de desmatamento para os meses de março. Abril de 2021 comparado com o de 2020 sofreu um aumento de 45% do desmatamento na Amazônia Legal, ou seja, 778 km² quilômetros quadrados. Isso se deve, basicamente, à ausência de fiscalização e a não aplicação de multas ambientais para os infratores: grileiros, garimpeiros e madeireiros ilegais.

É de se lamentar a desvalorização do setor fundamental para o aperfeiçoamento da sociedade, via conhecimento (redução de investimentos no ENSINO, mesmo saltando aos olhos a verdade de que a eficácia no combate à pandemia vem da ciência). Uma manifestação deste fato é a publicação no Diário Oficial da União (06/02/2020) da exclusão da sociedade civil do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), mitigando as ações de desenvolvimento tecnológico e científico. E recentemente, 23 de abril, o Ministério da Educação sofreu contingenciamento, “bloqueio temporário”, perdendo 3,9 bilhões do Orçamento.

O caminho certo tem nome: EDUCAÇÃO POLÍTICA E AMBIENTA

A Temática Ambiental no ensino Superior e seus reflexos nas práticas educativas na Escola pública

Clarides Henrich de Barba

A revolução científica na Idade Moderna foi decisiva para o desenvolvimento dos estudos voltados à natureza, principalmente com o aparecimento das sociedades científicas e das Universidades. Contudo, ao mesmo tempo em que a ciência se desenvolveu na modernidade, o avanço das tecnologias, estabeleceu uma crise ambiental com reflexos imediatos nas relações entre o homem, sociedade e natureza. Assim, o contexto histórico civilizador se inscreve o crescimento econômico norteado pela industrialização, que separou o trabalho manual do intelectual e também o homem da natureza. Esta crise exigiu que as universidades se inserissem nos seus currículos a temática ambiental.

O Estado de Rondônia, por exemplo, é resultante de uma colonização acelerada com projetos de desenvolvimento demandados pelo Governo Federal na década de 60 com a abertura da BR 364 Km, ligando a cidade de Cuiabá-MT à Porto Velho-RO, construída por iniciativa do Governo de Juscelino Kubitschek que passou a influenciar de modo decisivo e importante para o que foi denominado de um processo de colonização. O processo de desenvolvimento de colonização se deu próximo às terras que eram ocupadas ao longo da estrada e o movimento se interiorizou causando um enorme conflito com os indígenas que estavam no seu habitat.

A década de 1990 também pode ser destacada pelos grandes avanços relacionados ao tema no país. Em 1996 a Lei nº 9.394 institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que apesar de não citar especificamente a Educação Ambiental, fomenta caminhos para a ampliação do assunto nos sistemas de ensino e corroborando para criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que em 1997 traz uma abordagem do tema Meio Ambiente de maneira transversal, devendo, desta maneira, ser inserido no currículo do Ensino Fundamental.

Deste modo, compreende-se que a Educação Ambiental deve estar integrada em todas as disciplinas, transcendendo um uma abordagem simplista puramente de ações sobre lixo, desmatamento, poluição, extinção de animais e outras visões puramente naturalistas. Deste modo, a proposta é ampliar essa visão reducionista em um campo de investigação e ação mais crítica.

Esta condição fez com que as Universidades assumam em seus projetos e práticas discussões e avaliações a respeito de como se deve avaliar a elaboração de temas que possam evidenciar o “saber ambiental” diante das questões relacionadas à temática ambiental. Neste contexto, especialmente, na formação de licenciados e bacharéis para atuarem como professores e profissionais nas áreas da Biologia e da Geografia. Estes dois cursos De licenciatura e bacharelado da Universidade Federal de

Rondônia revelaram uma preocupação em ensinar a temática ambiental com conteúdos relacionados à preservação, conservação, espacialidade e a biodiversidade amazônica.

Do mesmo modo, a Educação Ambiental não se limita a ações relacionadas a degradação ou aspectos de cuidados com a natureza, deve estar direcionada a analisar as práticas de Educação Ambiental desenvolvidas em turmas do Ensino Fundamental em Escolas de Rondônia

Assim, no processo formativo voltado a Educação Ambiental pode-se observar que nas escolas rurais e urbanas do município de Porto Velho, RO ainda necessitam de um maior compromisso em desenvolver o conhecimento, os valores éticos, a política e a cidadania no desenvolvimento de ações pedagógicas.

Esta condição nos permite compreender que é necessário maior interação entre o processo formativo dos professores na realização de ações interdisciplinares no contexto acadêmico Universitário.

A interdisciplinaridade é um caminho para a realização da aprendizagem ambiental por meio de práticas educativas no espaço escolar e intervenções na sala de aula, possibilitando a leitura da realidade sob diferentes enfoques, além da construção de saberes com informações e procedimentos de diferentes campos do conhecimento ambiental.

Assim, torna-se necessário desenvolver um compromisso para que todos possamos refletir a formação ambiental voltado a uma melhor profissionalização dos mesmos diante das questões relacionadas ao desenvolvimento cultural, social e tecnológico na região Norte e com a sustentabilidade voltada a promoção dos direitos humanos.

Diante destas condições, o processo educativo na formação docente na Educação ambiental é um desafio na Universidade, de modo que o trabalho educativo deve estar voltado as práticas ambientais em uma perspectiva crítica, de modo que o currículo dos cursos no Ensino superior consciência ambiental crítica nos acadêmicos

Contudo, percebe-se que o assunto não é muito aprofundado nos cursos de formação profissional, assim, a ausência dos saberes ambientais tem levado à precarização do conhecimento, correspondendo a um rápido e simplificado ensino. Fica claro que transformar os conhecimentos no contexto ambiental ainda está longe da realidade. A educação pública necessita ser modificada diante da problemática em que se vive; e revela que as políticas públicas de currículo necessitam serem desenvolvidas de modo que possibilitem uma melhoria no processo educativo, principalmente na Educação Ambiental voltada ao ensino Superior.

Portanto, é necessário o trabalho em equipe seja o resultado eficaz para o desenvolvimento das práticas pedagógicas com a finalidade de proporcionar um ensino de excelência para que acadêmicos e acadêmicas nas Universidades possam desenvolver uma nova consciência ambiental e, posteriormente desenvolver práticas educativas conscientes como futuros professores e educadores.

Efeitos multifatoriais sobre migrações: o caso haitiano

Geraldo Costa Cotinguiba

A migração é um tema rico e complexo em múltiplos sentidos. Envolve questões sociais, econômicas, religiosas, linguísticas, políticas, trabalhistas, de direitos humanos, de educação e de ecologia. Nesse conjunto complexo, as pessoas são classificadas arbitrariamente em diferentes categorias, seja por profissionais do campo jurídico, político ou acadêmico. Estrangeiro, migrante, imigrante, emigrante, refugiado ou apátrida são as categorias mais correntes.

Antropológica, jurídica, filosófica e politicamente há distinções sociológicas entre as categorias de migrantes e refugiados. Os migrantes são pessoas classificadas pelas origens e as formas com que entram em movimento entre um lugar e outro. Portanto, sua classificação é sociológica ou antropológica. Os refugiados, por outro lado, são classificados a partir de uma perspectiva jurídico-política e em dois grupos principais, a saber, pessoa que tem de deixar o país de origem por motivo de algum tipo de perseguição – étnica, política, religiosa, sexual, opinião –, que se encontre em situação de grave violação de direitos humanos ou por fortes temores de segurança à vida. Todas essas classificações estão de acordo com os postulados da Organização das Nações Unidas.

Nos últimos anos e no âmbito da sociologia, economia e direito, principalmente, duas novas categorias de refugiados passaram a fazer parte do quadro classificatório, o refugiado ambiental e o refugiado econômico. O econômico é quem tenha de deixar o lugar de origem por questões internas ou intervenções externas que levaram uma sociedade ao empobrecimento, enquanto o ambiental é aquele que, por um ou mais eventos considerados naturais tenha de deixar o país por não encontrar recursos suficientes que assegurem a sua sobrevivência.

Segundo o relatório anual do Internal Displacement Monitoring Centre, o número de refugiados aumentou. E de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, já são mais de 55 milhões de refugiados e a tendência é de aumento constante a cada ano. Vidas humanas jogadas de um lado para outro como coisas e dados estatísticos.

Assim, guerras, conflitos étnicos, instabilidade política, perseguição religiosa, lutas pela terra, conflito ambiental, milícias de diversas matizes, perseguição por traficantes de armas e drogas, desertificação de territórios, desmatamento, contaminação de água e solo, fome, empobrecimento do solo e o enfraquecimento genético de plantas, transgenia de sementes são

elementos constitutivos que influenciam na decisão de milhões de pessoas em todo o mundo a abandonar suas casas, seu lugar de origem, seu país e partem para outros lugares, não como uma escolha racionalmente planejada, mas como uma saída na tentativa de salvarem-se a si mesmos e os seus familiares.

Dentre muitos países afetados por variáveis multifatoriais que influenciam no processo de emigração de seus habitantes, o Haiti é um caso evidente, seja histórica, política, econômica ou ecologicamente. No calor das ideias iluministas do final do século XVIII, empenharam-se na luta pela independência e conquista da liberdade. Com a vitória sobre a França napoleônica, o Haiti viveu um ostracismo na comunidade internacional. Com um território de pouco mais de 27 mil Km² e um relevo montanhoso e em uma região marcada pelas tempestades do Caribe, a exploração dos recursos naturais levou por uma população crescente, que alcançou esta terceira década do século XXI com mais de 9 milhões de habitantes. A principal fonte de energia das famílias é a madeira.

Apesar de a emigração haitiana ser bastante influenciada por questões políticas e econômicas, outras variáveis não podem ser ignoradas, tais como a construção de um *ethos* migratório (Cotinguiba, 2019) e o ecológico ou ambiental. Os fatores ecológicos ou ambientais principais são aqueles provocados por furacões de 2004 e 2008, além do terremoto de 2010. Observo que o terremoto em si não é suficiente para explicar a migração haitiana para o Brasil, mas os desdobramentos dele advindos provocaram um processo de instabilidade e insegurança social e econômica.

Apesar de tropas militares brasileiras já estarem presentes no Haiti desde 2004, no comando da Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH), foi a partir de 2010 que o fluxo migratório de cidadãos e cidadãs haitianos e haitianas para o Brasil estreitou as relações entre os dois países.

Como reflexão à guisa de conclusão podemos pensar que apesar de ser histórica e marcada por questões políticas e econômicas, a história da migração haitiana não pode ser abordada sem se considerar os aspectos ambientais, visto que o país tem sofrido por catástrofes naturais. Entre 2010 e 2021, mais de 100 mil haitianos e haitiana entraram, viveram e transitaram no Brasil e muitos partiram para outros países. A migração haitiana é, de fato, marcada por aspectos multifatoriais.

Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn Alexander Machado